



Departamento dos Bens Culturais
Divisão de Inventário, Classificações e Arquivo

CONCORDO.
PROPONHO A ABERTURA DO
PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO
DE BEMTO MONUM.
A CONSIDERAÇÃO SUPERIOR.

03.10.2024

Paulo Lebre Duarte
Diretor de Departamento
dos Bens Culturais

Concordo com a proposta de dar
status de do conjunto monacal em
causa.

A consideração superior

Em concordância com o proposto,
defino a abertura do procedimento
de eventual classificação de
em sede monum.
21.10.2024

João Soalheiro
Presidente
Património Cultural, I.P.

INFORMAÇÃO n.º 44/DBC/DICA/2023

data: 28.07.2023

cs: 1689438

processo n.º: DPIMI/2023/11-06/10/CI/928 – CS 252885

assunto: Proposta de abertura do procedimento de classificação da Igreja e antigo Convento de Nossa Senhora da Quietação, em Lisboa, freguesia de Alcântara, concelho e distrito de Lisboa.

Paula Figueiredo
08.08.2023

Paula Figueiredo
Chefe de Divisão de Inventário,
Classificações e Arquivo

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro (estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural)¹.

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro (estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda).

¹ Nomeadamente o disposto no artigo 17.º, *Critérios genéricos de apreciação*: a) O carácter matricial do bem; b) O génio do respetivo criador; c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso; d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos; e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem; f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística; g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva; h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica; i) As circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem, critérios complementados pelos valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade elencados no n.º 3 do artigo 2.º da mesma lei.



2. ANTECEDENTES

- Em 27.04.2023 deu entrada na DGPC um requerimento de classificação respeitante ao Convento das Flamengas / Igreja das Flamengas ou Convento de Nossa Senhora da Quietação, subscrito pela Real Irmandade de Nossa Senhora da Quietação. O requerimento, formulado por escrito, fornece os dados básicos solicitados no Modelo de Requerimento Inicial aprovado pelo Despacho n.º 7931/2010, do Secretário de Estado da Cultura, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 87, de 5 de maio.
- Por despacho de 4.05.2023 da Chefe da Divisão do Património Imóvel, Móvel e Imaterial foi solicitada à signatária a informação da proposta, tendo em vista a tomada de decisão relativamente à abertura ou arquivamento do procedimento.
- Procedeu-se, no seguimento do despacho acima referido, à instrução do dossier (processo) com a proposta de eventual classificação do Convento de Nossa Senhora da Quietação.

3. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA E INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR

O Convento de Nossa Senhora da Quietação encontra-se integralmente abrangido pela zona especial de proteção do Palácio Sabugosa e Jardins, classificado como monumento de interesse público pela Portaria n.º 262/2012, DR, 2.ª série, n.º 125, de 29 de junho, e parcialmente abrangido pela zona geral de proteção Ponte 25 de Abril, em vias de classificação (Fig. 1).

O imóvel está descrito na Carta Municipal do Património Edificado e Paisagístico (Carta Municipal do Património) de Lisboa, na lista de *Bens imóveis de interesse municipal e outros bens culturais imóveis*, com os códigos SIG 02.29 - Convento das Flamengas / Convento de Nossa Senhora da Quietação / Pátio das Flamengas e SIG 02.29A - Igreja de Nossa Senhora da Quietação / Capela das Flamengas.



Fig. 1 - Património Imóvel: Convento de Nossa Senhora da Quietação, Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação. Consultado em maio/2023.

No que respeita ao PDM de Lisboa (Fig. 2), encontra-se abrangido pela Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG) 09 – Ocidental, em área de Nível Arqueológico III (áreas condicionadas de potencial valor arqueológico) e em áreas relativas a Espaço Central e Habitacional - Traçado Urbano A Consolidado (Espaços Centrais e Habitacionais).

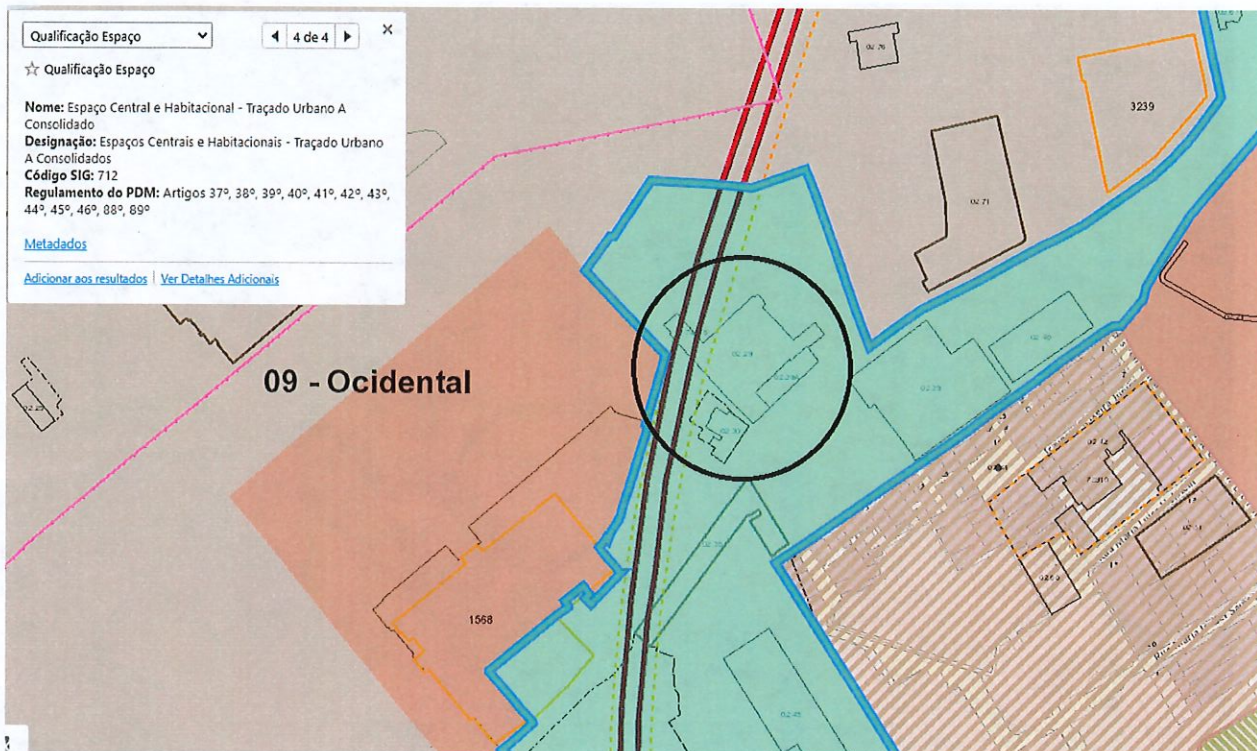


Fig. 2 - PDM em vigor - Planta de Ordenamento - Qualificação do Espaço Urbano.

4. INSTRUÇÃO

Breve memória histórica e enquadramento socio-urbanístico

Nas últimas décadas do século XVI e ao longo da centúria seguinte a cidade de Lisboa é demandada por diversas ordens religiosas católicas estrangeiras que buscam abrigo das perseguições a que são sujeitas nos países de origem, na sequência da reforma protestante iniciada na primeira metade de Quinhentos, e que aqui encontram acolhimento. Neste contexto destacam-se os religiosos de origem inglesa, irlandesa e flamenga, pertencendo a esta região a primeira casa religiosa a implantar-se em Lisboa por esta razão - um grupo de freiras clarissas flamengas, que chegam em 1582, e que, quatro anos depois, fundam o seu convento da Quietação de Alcântara. Seguem-se-lhes as religiosas inglesas da ordem de Santa Brígida, que constituirão o Convento das Inglesinhas e, mais tarde, o de Santa Maria de Marvila, reservado para religiosas



portuguesas, e, já bem adentrado o século XVII, os religiosos irlandeses, inicialmente os padres na origem da fundação do colégio e convento do Corpo Santo, e, seguidamente, as freiras dominicanas que se instalaram no Convento do Bom Sucesso².

As freiras flamengas seriam, segundo alguns autores, «pouco mais de três dezenas» - mas provavelmente nem tantas - originárias de um convento da Segunda Ordem Franciscana de Alkmaar³, cidade particularmente fustigada pelas perseguições. Aquilo que se sabe deste grupo resulta, essencialmente, de um relato posterior, datado de 1627⁴, que permite conhecer detalhes da fuga atribulada das religiosas depois do cerco ao seu convento, a saída de Alkmaar para o Haarlem e, mais tarde, para Amesterdão, e, finalmente, a viagem, em 1581, para a Península Ibérica, que alcançaram no ano seguinte, reclamando aqui o seu estatuto de vassalas de Filipe II. Foram recebidas no mosteiro de São Francisco de Xabregas, cabeça da província franciscana dos Algarves, juntamente com o padre inglês que as acompanhava como confessor, a 1 de março de 1582. Daqui seguiram para o convento feminino da Madre de Deus, e pouco depois instalaram-se no sítio de Nossa Senhora da Glória, a Valverde, paróquia de Santa Justa, onde em 1574 havia sido fundada uma ermida⁵. Tomadas sob proteção da família real, beneficiaram do período “de lua de mel” durante o qual Filipe II se instalara, pela primeira vez, em Lisboa, entre a sua entrada solene em 1581 e o regresso a Madrid em 1583. A Coroa subsidiou a construção de casa própria para as religiosas, que tinham, no sítio de Nossa Senhora da Glória, diante das hortas onde hoje se situa a Avenida da Liberdade, apenas

² Cfr. Hélia Cristina Tirano Tomás SILVA, Tiago Borges LOURENÇO, “Freiras longe da pátria. O «Convento das Inglesinhas», dinâmicas de uma (antiga) casa religiosa estrangeira em Lisboa”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª Série, n.º 3, janeiro - junho 2015, pp. 39-77.

³ Alexandre HONRADO, “As Flamengas (da Ordem das Clarissas)”, *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, Ano XI, 2012, n.º. 16/17, pp. 233-241 (p. 237).

⁴ Constando de um livro redigido «por vontade da Condessa de Calheta, benfeitora do Convento de Nossa Senhora da Quietação, ou Convento das Flamengas em Alcântara, a partir de 1583. Este relato é dedicado à Infanta Margarida da Cruz e é de importância muitas vezes relevada pelos historiadores holandeses e belgas. Nele conta-se a história destas freiras pela voz de Soror Catarina do Espírito Santo, que não pertencia ao grupo inicial das freiras Flamengas, mas que a elas se juntou mais tarde. Seria Catarina do Espírito Santo filha de D. Luís Carrilho, um castelhano governador de Hoogstraten, cidade do antigo ducado germânico de Brabante, em cujo convento franciscano vivia». In Idem, *Ibidem*.

⁵ Cfr. Francisco SANTANA, Eduardo SUCENA, *Dicionário da História de Lisboa*, 1994, p. 638.



um abrigo provisório, abandonado poucos meses antes de ocupar a casa definitiva «por ser doentio»⁶. Após breve estadia no convento carmelita de Santo Alberto, acabado de erguer, chegaram em outubro de 1586 à zona do frondoso vale de Alcântara, povoada por pomares, vinhas e quintas nobres, cruzado por duas ribeiras, e próxima das praias do Tejo, muito desenvolvida pela exploração de pedreiras a partir do século XV. Já importante destino religioso por via dos peregrinos que demandavam a Ermida de Santo Amaro, Alcântara recebeu as freiras flamengas neste ano, e receberia, cerca de quatro décadas mais tarde, as irmãs, também franciscanas, do Convento do Monte Calvário (atual Escola Superior de Polícia), que seria levantado mesmo diante do edifício das clarissas.

A seleção do local tem sido considerada «decisão do próprio monarca»⁷, que favorecia o local ao ponto de nele ter mandado construir, em 1603, o Palácio Real de Alcântara, situado numa quinta que então encostava ao terreno das flamengas (estendendo-se desde este até ao final do atual Largo do Calvário), e destruído pelo Terramoto de 1755. «O Convento das Flamengas tomou assim parte de um complexo programa de construções empreendidas pelo monarca espanhol que visava aumentar ordeiramente a cidade de Lisboa, transformando-a numa capital imperial, o que de alguma forma compensaria os portugueses pela ausência do seu rei. Este crescimento urbano foi concebido através da criação de vias de orientação estruturais que, pela margem do Tejo, prolongariam a cidade quer para Ocidente, em direção a Belém, quer para Oriente, em direção a Marvila. Estas vias orientadoras seriam ladeadas por conventos e palácios e funcionariam como pólos concentradores de novas habitações»⁸.

A primeira estrutura filipina, de traçado definido pelo cardeal-arquiduque Alberto da Áustria, sobrinho do rei e vice-rei de Portugal entre 1583 e 1593, que já havia impulsionado a construção do convento de Santo Alberto, foi substituída nas décadas de 1620-30 pelo edifício atual, desta feita subsidiado por Filipe III e traçado pelo arquiteto régio Teodósio de Frias, que se encontra sepultado, com sua mulher, na igreja

⁶Alexandre HONRADO, *op. cit.*, p. 238.

⁷Idem, p. 236.

⁸João Miguel SIMÕES, “Arte e espiritualidade no Convento das Flamengas ao Calvário” in *Conversas à Volta dos Conventos - Actas do Congresso*, 2002, pp. 35-50 (p. 36).



conventual⁹, e que trabalhava, na mesma altura (e desde 1603), no vizinho Paço Real. Teodósio de Frias era filho de Nicolau de Frias, quiçá arquiteto da primeira obra do cenóbio, a quem sucedia também nos cargos de mestre das obras do Paço da Ribeira, permanecendo como principal arquiteto régio até à década de 1630.

Parece poder deduzir-se como evidente que que o anterior edifício das Flamengas não era adequado, quer às necessidades das freiras, quer, com maior plausibilidade, ao ambicioso plano que os monarcas filipinos tinham para Lisboa, e, no caso presente, para a zona de Alcântara, onde prosseguiam as obras do palácio real¹⁰. «A reedificação do convento e a construção de um palácio real pretendia demonstrar à população de Lisboa a presença de um rei que na verdade estava ausente e a sua proteção a esta comunidade católica que fugira à violência protestante. Em 1627, pelos mesmos anos em que se vai proceder a esta construção, é publicado em Lisboa o livro de Soror Catarina do Espírito Santo que relata precisamente todas estas violências perpetradas pelos protestantes contra os religiosos católicos. Filipe III afirmava assim nesta campanha aquilo que já era motivo de propaganda noutros locais de Portugal e de Espanha: a Casa Real dos Áustrias, nomeadamente a monarquia espanhola, afirmava-se como a protetora da Igreja Católica Romana face ao avanço da heresia protestante»¹¹.

A reedificação de raiz, no entanto, parece residir «no facto de entretanto se ter criado um novo modelo arquitectónico mais decoroso para os conventos femininos e que seria o modelo para todos os mosteiros de religiosas. Este modelo é o do convento franciscano de Santa Clara de Évora, edificado em 1610 e que

⁹ Idem, *ibidem*, pp. 36-37.

¹⁰ Na Quinta Real do Calvário, que tinha pertencido ao italiano João Batista Rovelasco (Giovanni Batista Rovellasca), um dos principais mercadores estabelecidos em Portugal em finais do século XVI, e que revertera para a Coroa. Esta quinta era constituída pelo Calvarinho, pela Quinta do Teixeira, pela Quinta do Cemitério, pela Quinta da Ninfa e pela fazenda dos Quartos de El-Rei, e tinha continuidade nos terrenos da que viria a ser a Real Tapada de Alcântara, mais tarde denominada da Ajuda. O terreno ficava circunscrito, a Norte, pelo eixo que se transformou na atual Rua dos Lusíadas, a poente pelo mosteiro das Flamengas e terrenos dos Condes de São Lourenço e a nascente pela zona da atual Rua José Dias Coelho (Cfr., entre outros, Jordão de FREITAS, “Paço Real de Alcântara: sua localização-elementos para a sua história desde o domínio filipino”, in *Olisipo*, A. IX, n.º 36, outubro 1946, pp. 177-197, e Cristina CASTEL-BRANCO, *Relatório Sobre o Valor Patrimonial da Tapada da Ajuda*, 1999.

¹¹ João Miguel SIMÕES, 2002, p. 38.

estabeleceu um protótipo contrarreformista para os conventos femininos em que a igreja deixava de ter qualquer ornamento exterior, excluindo mesmo a fachada do edifício, passando a entrada do templo a ser feita por uma simples porta lateral»¹².

O Grande Panorama de Lisboa (Fig. 3), atribuído a Gabriel del Barco, que retrata a cidade antes do Terramoto de 1755, representa a Quinta Real e o convento das Flamengas, mas sem grande exatidão, mostrando a fachada do templo acessível por alta escadaria e desenvolvendo-se transversalmente à rua. De resto, é visível a torre, ainda existente, e a relação entre as construções e a vizinha Quinta Real, murada até aos limites da cerca das freiras, bem como o bulício da movimentada estrada que ligava Santos a Belém (hoje Rua 1.º de Maio).



Fig. 3 – Detalhe do *Grande Panorama de Lisboa*, Gabriel del Barco (atr.), c. 1700, MNAz, Lisboa (proveniente do antigo Palácio dos Condes de Tentúgal), podendo ver-se o convento das Flamengas à esquerda dos terrenos e edificações da Quinta Real do Calvário.

¹² Idem, *ibidem*.

Pelo contrário, a reprodução de um desenho aguarelado da autoria de Pier Maria Baldi, pintor que acompanhou, em 1668-69, o príncipe Cosme de Médicis na sua passagem por Portugal em direção a Santiago de Compostela, mostra claramente o edifício atual, com a diminuta cerca limitada pelos edifícios do Paço Real (Fig. 4). Na realidade, convento e paço constituíam um conjunto cuja leitura se faria de forma integrada, não fosse a destruição completa do segundo.



Fig. 4 – O Convento de Nossa Senhora da Quietação na atualidade (Google Maps) e a sua reprodução por Pier Maria Baldi. In Lorenzo MAGALOTTI, *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669)*, edição e notas de Angel SÁNCHEZ RIVERO e Angela Mariutti de SÁNCHEZ RIVERO, Madrid, 1933.

Este novo conjunto arquitetónico é composto pela igreja e pelo convento, claustro e pátio anexo. Da invocação de Nossa Senhora da Quietação, «fazendo jus a um tempo de paz e quietude»¹³, o convento foi extinto em 9 de dezembro de 1887, por morte da última religiosa. O convento e a cerca foram concedidos, em 1891, ao Instituto do Ultramar, tendo sido o edifício remodelado para receber familiares desemparedados das forças armadas, que constituíam 24 famílias na década de 1930¹⁴. Em 1947 demoliu-se a antiga Casa da

¹³ In *Projecto LX Conventos – Da cidade sacra à cidade laica. A extinção das ordens religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do século XIX*, consultável em <https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=578>

¹⁴ João Miguel SIMÕES, *O Convento das Flamengas ao Calvário, monografia histórico-artística* [policopiado], tese de Seminário do Curso de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998, p. 103.



Irmandade e a Casa dos Capelães, para abrir a Rua Conselheiro Nazaré, atual Leão de Oliveira, e em 1961, devido ao estado de avançada ruína, fizeram-se obras de restauro, que implicaram, entre outras, a demolição das abóbadas em tijolo. Entre 1962 e 1966 decorreram os trabalhos de construção da ponte sobre o Tejo, tendo um dos pilares do tabuleiro assentado em terrenos da cerca das Flamengas. Este pilar viria a ficar integrado no pátio do Mercado Rosa Agulhas, inaugurado em 1987¹⁵.

A posse da igreja, da casa do despacho, da sacristia e dos respetivos bens móveis, que integravam o extinto convento, foi concedida em 1889 à Irmandade de Nossa Senhora da Quietação, ereta em 1626 e constituída Real Irmandade em 1694, quando D. Pedro II se tornou seu juiz perpétuo. O templo conserva-se aberto ao culto até ao presente, de acordo com a condição imposta à Irmandade.

Descrição Arquitetónica¹⁶

Conjunto composto por igreja de planta retangular, edifício conventual desenvolvido em torno do claustro principal, e pequena cerca com antiga zona de cultivo (Fig. 5).



Fig. 5 - Convento de Nossa Senhora da Quietação.

¹⁵ In *Projecto LX Conventos*.

¹⁶ Cfr. <http://www.monumentos.gov.pt>.



A igreja é acedida por pequena plataforma elevada em relação ao nível da rua, com entrada e portaria a partir da qual se fazia o acesso às zonas de clausura e recolhimento. O grande claustro é formado pela igreja de planta retangular, a SE., com a zona regral adossada à esquerda e o corpo do coro e sacristia na fachada posterior, encimada pelas dependências da Irmandade de Nossa Senhora da Quietação. As fachadas são pintadas de rosa e rematadas em frisos e cornijas. A fachada principal está dividida em três panos, o do lado esquerdo, relativo ao coro, marcado por cunhais apilastrados e vazado por duas janelas em cada registo, e o central, correspondente à igreja, rasgado pelo portal de verga reta, rematado em friso e frontão interrompido pelo escudo nacional e coroa fechada, com acesso por quatro degraus em cantaria (Fig. 6).

Este pano é vazado por uma fiada de sete janelas. No lado direito, a sacristia tem janela retilínea protegida por grades de ferro no piso térreo, sendo encimada por dois pisos, cada um deles com duas janelas de varandim com guarda metálica.

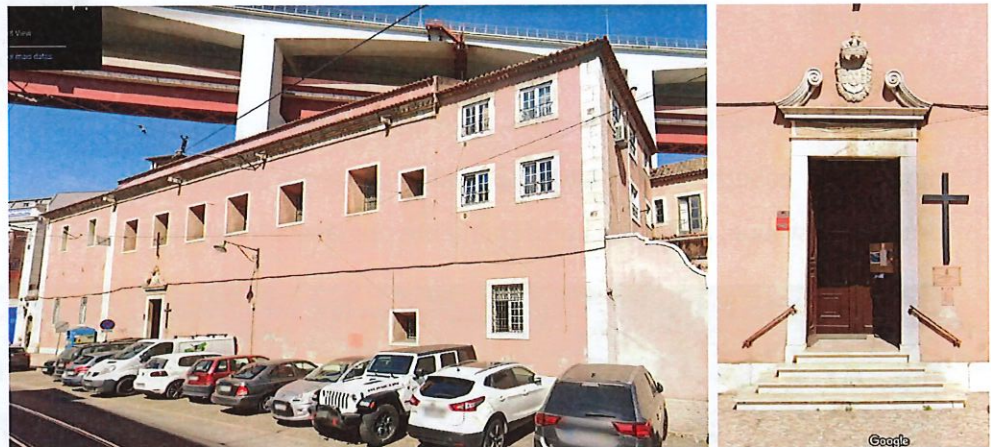


Fig. 6 – Fachada principal do Convento de Nossa Senhora da Quietação e entrada do templo.

A fachada lateral esquerda tem janela retilínea deitando para pequeno pátio, acessível por portal em arco abatido e moldura de cantaria, no fundo do qual surge um eixo de quatro vãos, correspondentes a porta e janelas, de acesso às habitações do claustro (Fig. 7).

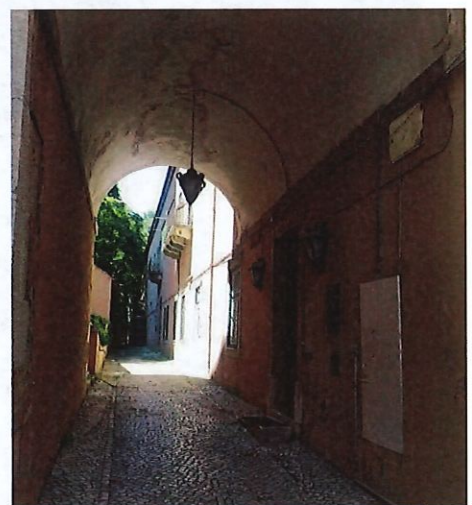


Fig. 7 – Aspeto da fachada lateral esquerda.

A fachada lateral direita é acessível por pequeno pátio, através de duas portas de vergas retas, estando o vão virado à Rua Leão de Oliveira entaipado. O piso inferior é definido por friso de cantaria, com portas de acesso, surgindo, superiormente, três registos de vãos (Fig. 8). Este corpo faz ângulo com um corpo de dois pisos, rasgado por porta no inferior e, no superior, por janela de peitoril, duas frestas e uma janela de sacada, com bacia de cantaria, assente em dois modilhões e guarda metálica. No recinto formado por estes corpos surge um anexo pré-fabricado, pertença dos serviços sociais da paróquia.

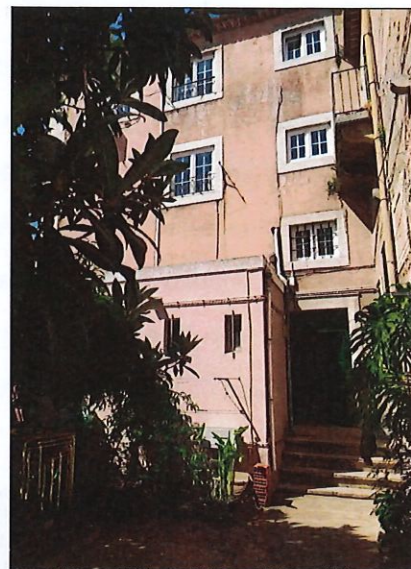


Fig. 8 – Aspeto da fachada lateral direita.

A igreja, de planta retangular simples, é composta por nave e capela-mor, tendo coberturas em falsas abóbadas de berço, pintadas e ornadas a estuque, iluminada unilateralmente por janelas rasgadas na fachada principal. Para a nave abre o



Fig. 9 – Aspetos do interior do templo.



coro-alto, com tribuna acedida pela parede da nave, duas capelas laterais confrontantes e um púlpito (Fig. 9).

A capela-mor, elevada e acessível por amplo arco triunfal, de perfil abatido e assente em pilastras toscanas, possui retábulo e apainelados de talha dourada tardo-barroca, com uma gramática decorativa próxima de Queluz, estuques decorativos e azulejos que contam a história da fuga e chegada das religiosas a Portugal (Fig. 10). A cobertura, em falsa abóbada de berço abatido, é ornada por estuques decorativos que centram um painel recortado representando a Adoração do Santíssimo. O retábulo-mor, de talha pintada e dourada, de planta convexa e três eixos definidos por quatro colunas coríntias, é centrado por tribuna em arco de volta perfeita contendo trono, presidido pela imagem de Nossa Senhora da Quietação. Os eixos laterais são formados por nichos de volta perfeita



Fig. 10 – Aspeto da capela-mor.

e moldura simples, que se interrompem em falsos baldaquinos formados por cornija interrompida por volutas, sobrepujados por painel retilíneo, albergando as imagens de São Francisco e Santa Clara, provenientes do retábulo maneirista da construção primitiva, dourado em 1604¹⁷. Sob estes, a porta de acesso à sacristia. A estrutura remata em friso e cornija, encimado por fragmentos de frontão, encimados por duas figuras alegóricas representando a Fé e a Esperança.

¹⁷ João Miguel SIMÕES, 1998, p. 16.



A nave tem cobertura em falsa abóbada de berço abatido, ornada por estuques que centram painel com a representação da Coroação da Virgem. As paredes são percorridas por silhares de azulejo historiado (Fig. 11) que continuam o relato da saga das freiras flamengas, estabelecendo paralelismos entre os diversos episódios da sua fuga e citações bíblicas que os enquadram e legitimam¹⁸.



Fig. 11 – Silhares de azulejos da nave. No primeiro detalhe pode ver-se o paralelo estabelecido entre o início da fuga das freiras de Alkmaar, com as hóstias consagradas que puderam salvar, e a descrição bíblica do inventário da tribo de Levi feita pelo rei David, tendo em vista a reconstrução do Templo de Jerusalém; no segundo detalhe, a evocação da última abadessa do mosteiro de Alkmaar, falecida em Amsterdão, e da primeira abadessa do mosteiro português, serve para comparar a continuação da comunidade monástica nas gerações futuras com a história de Abraão, a quem é anunciado que Sarah, apesar da sua idade, terá um filho.

¹⁸ Cfr. Raymond FAGEL e Joke SPANJER (com a participação de João Miguel SIMÕES), *Nonnen verdreven door geuzen - Cathalina del Spiritu Sancto's verhaal over de vlucht van Nederlandse clarissen naar Lissabon, Hilversum*, 2019.

Na parede fundeira existem dois confessionários de madeira, encimados por sacada balaustrada com acesso por porta de verga reta no lado do Evangelho, para onde abre amplo vão de volta perfeita, de ligação ao coro-alto. No lado do Evangelho, janelas fingidas, semelhantes às do lado oposto. Possui púlpito quadrangular assente em mísula, com guarda plena de talha pintada de marmoreados fingidos, formando apainelados de ângulos recortados, com acesso por porta de verga reta e moldura simples (Fig. 12).

As capelas laterais, inseridas em arcos de volta perfeita assentes em pilastras toscanas, albergam, atualmente, as imagens de um santo franciscano com iconografia imprecisa (Evangelho) e de Santo António (Epístola), embora estas colocações variem (Fig. 13).

Entre os vestígios da decoração seiscentista da igreja contam-se alguns azulejos reaproveitados na escada de acesso à tribuna do coro-alto (Fig. 14).

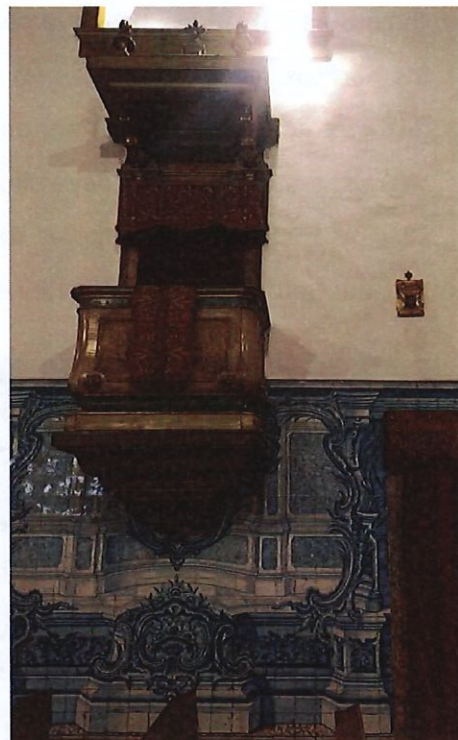


Fig. 12 – Púlpito.



Fig. 13 – Capelas laterais.



O coro-alto (Fig. 15) possui paredes apaineladas com pintura ornamental, com molduras e frisos fitomórficos, tendo teto em gamela, dividido em caixotões, reforçado por tirantes metálicos e decorado por festões e grinaldas que centram objetos religiosos, querubins e a pomba do Espírito Santo. Nas paredes laterais, o cadeiral, de madeira simples, e, a ladear a grade, dois nichos de volta perfeita, assentes em pilastras toscanas, com pinturas de marmoreados; na parede oposta, dois nichos em estuque com as imagens franciscanas de Santa Rita e São Boaventura, ainda originárias do primitivo retábulo-mor.



Fig. 14 – Escada de acesso ao coro-alto.

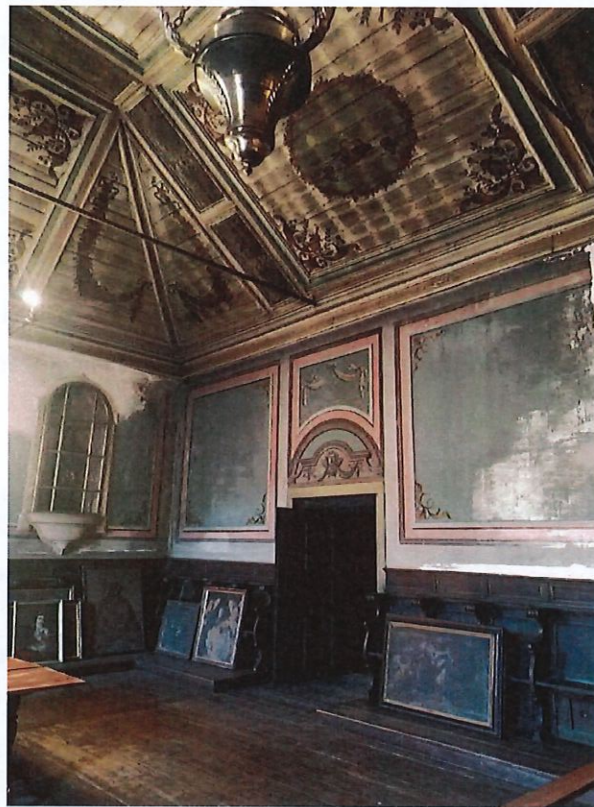


Fig. 15 – Aspetto do coro-alto.

O antecoro, conhecido como Sala do Rosário, pela temática das pinturas que ostenta, é uma divisão do maior interesse iconográfico (Fig. 16). Tem teto em gamela, dividido em painéis pintados figurativos, e pavimento em ladrilho. As paredes conservam a decoração tardo-seiscentista, sendo revestidas a silhares de azulejo a azul e branco, flanqueados por cariátides, com festões, acantos e querubins apresentando cartelas contendo, repetidamente, as cinco chagas de Cristo, as insígnias franciscanas, o cordão da Ordem



e alusão as três bandeiras alusivas às três ordens franciscanas (frades menores, clarissas, e Ordem Terceira de São Francisco). Estes silhares estão encimados por telas com emolduramentos de talha dourada representando cenas dos ciclos da Pequena e Grande Paixão, completadas pelas representações do teto, relativas a momentos gloriosos subsequentes à morte de Cristo e da Virgem, centradas por uma apoteótica Coroação da Virgem, compondo um conjunto de Mistérios do Rosário (Fig. 17).



Fig. 16 – Aspetos da Sala do Rosário.

Segundo João Miguel Simões, esta sala constitui um dos poucos exemplares existentes em Lisboa sobreviventes ao terramoto onde talha, imaginária, pintura e azulejos se conjugam enquanto obra de arte total.

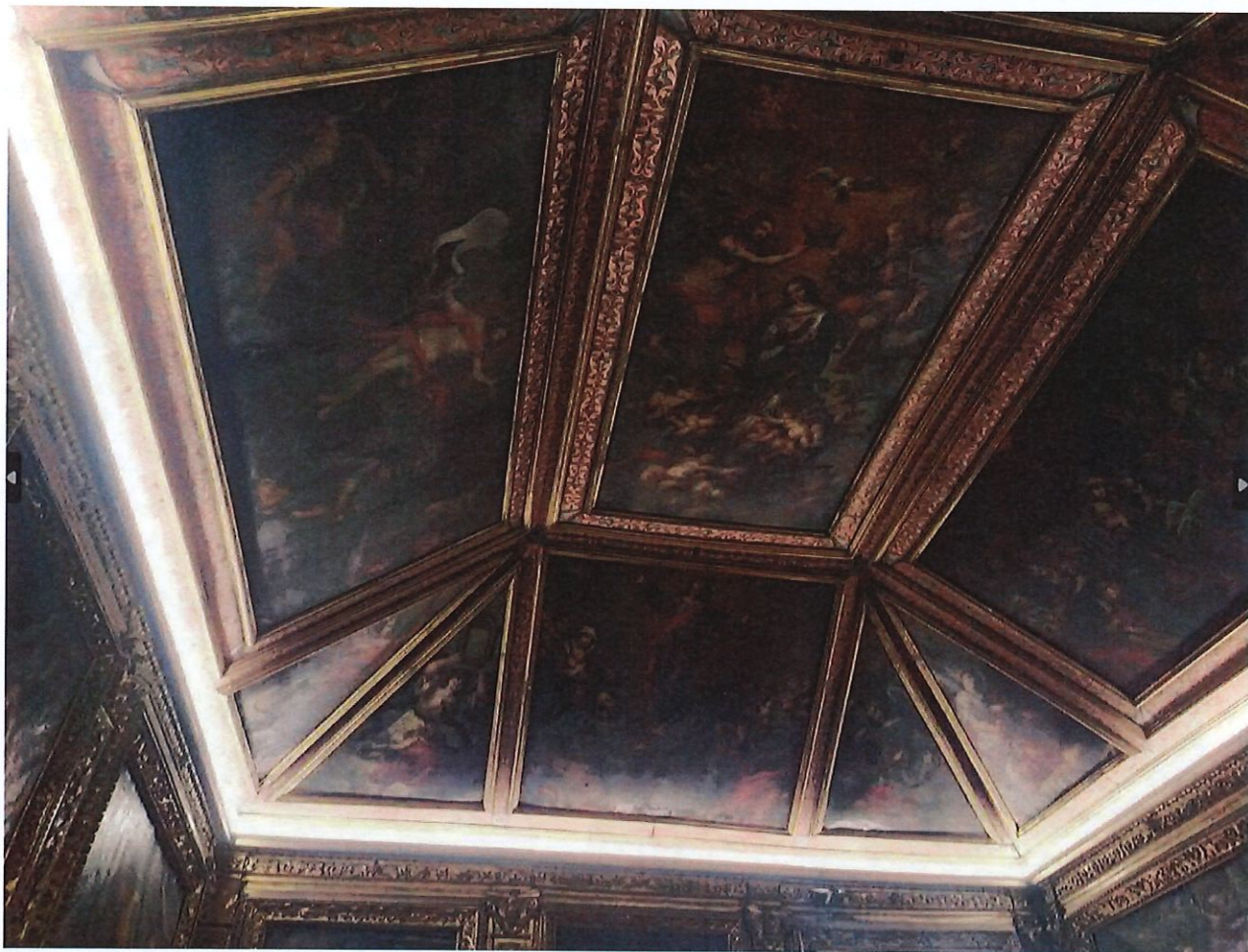


Fig. 17 – Teto da Sala do Rosário.

Quanto à sacristia, notavelmente bem conservada, tem pavimento de mármore polícromos, tetos com apainelados de brutesco atribuíveis a Gabriel del Barco (?), e dois imponentes arcazes de madeira com marchetados (Fig. 18). Nela guarda-se, entre outras obras de arte e alfaias litúrgicas, um oratório de pedraria, e, sobretudo, um excecional conjunto de telas de Bento Coelho da Silveira representando alegorias da Cruz, completado por outras telas guardadas no coro-alto, e que compõem um dos melhores acervos de pintura deste artista.



Fig. 18 – Aspectos da Sacristia, incluindo duas *Alegorias da Cruz* de Bento Coelho da Silveira.

Cerca e dependências conventuais

No inventário geral dos bens do convento, realizado em 1860, o Mosteiro é descrito como sendo composto pela Igreja, Zona Regral e Cerca, tendo esta jardim, tanque e arbustos, a que se seguem três grandes tabuleiros superiores, um deles destinado a horta e os dois restantes a sementeiras, com oliveiras, árvores de fruto e vinha em latada. Da cerca fazia ainda parte a casa da mina, com água nativa, um engenho real e tanque de rega. A cartografia anterior à extinção do convento indica que os terrenos desta cerca se estendiam, a norte e a poente, até aos terrenos da Quinta Real, sendo os muros correspondentes às atuais ruas dos Lusíadas e Leão de Oliveira (rasgada em 1947 à custa da demolição das antigas Casa da Irmandade e Casa dos Capelães) (Fig. 19).

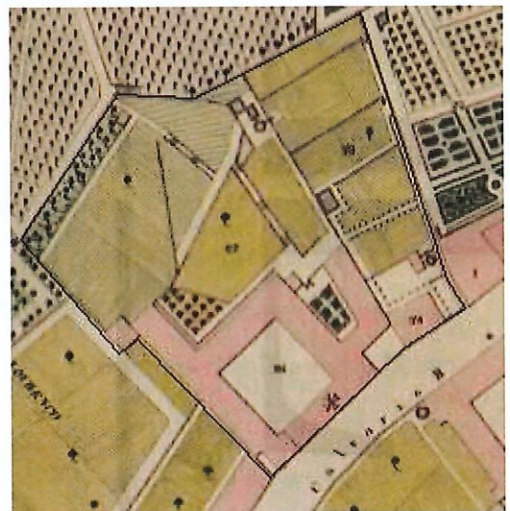


Fig. 19 – Excerto da *Planta da real Quinta do Calvário*, José António de Abreu, 1844.

À esquerda da fachada, o terreiro, com acesso por portal de verga reta, estava rodeado pelas casas de acomodação da veleira e dos padres, esta descrita como sendo de dois pisos, o primeiro com uma arrecadação e duas dependências, e o segundo com casa de jantar e cozinha abrindo para a horta. No lado esquerdo do terreiro, protegidas por dez colunas de pedra, a Casa da Roda e a Portaria, esta descrita como tendo paredes percorridas por silhares de azulejo e maquineta com um fundo azulejado representando a Adoração do Santíssimo. Este mesmo “fundo azulejado” poderia ser o painel avulso, de proveniência incerta, que hoje se guarda nas dependências da igreja (Fig. 20).

No lado SE., é descrito o Celeiro, com pilar central sustentando teto em abóbada de perfil abatido. No lado SO., situava-se a Sacristia de dentro, totalmente revestida a azulejo e com cobertura em abóbada abatida. Adossada a esta, a Casa do Capítulo, marcada por pilastras truncando os paramentos, tendo cobertura em abóbada e pavimento com sete sepulturas das abadessas. Nela se guardava um retábulo de talha dourada e uma maquineta com Cristo Redentor.

É também referida a Cozinha Grande, com cobertura em abóbada e pavimento em tijolo, abrindo para um pátio e ligando-se ao Refeitório, este com púlpito de leitura, bem como à Despensa. Outra cozinha, mais pequena, ficaria junto da Casa da Abadessa, iluminada por três janelas a abrir para a cerca.



Fig. 20 – Painel de azulejos com representação de anjos em adoração, centrado por “resplendor” diante do qual poderia ter estado uma custódia. Foto do projeto *Ixconventos*, <https://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/> (José Vicente, 2015).

O segundo piso do claustro possuía cinco capelas embutidas nos muros, protegidas por vidraças. Aqui ficava o acesso ao coro-alto, com comungatório, a porta para o antecoro ou Sala do Rosário, e as portas de acesso à torre e ao Dormitório, situado a SO. O Dormitório tinha 34 celas e teto de madeira em masseira.

No lado NE. do claustro, o inventário localiza a Casa das Convalescentes, a Enfermaria, com abóbada e janelas protegidas por grades de ferro e a sua cozinha própria. Através de um corredor fazia-se o acesso à casa de espera e, passando um terreiro, ao Confessionário. Em diversas dependências e locais de passagem são referidos nichos, oratórios e retábulos.

Estas dependências resultam evidentes do traçado de Teodósio de Frias (Fig. 21), que visou «criar uma nova enfermaria, com oratório, botica, dispensa, cozinha e “secretas” (ou latrinas) da enfermaria. (...) Analisando esta planta, é possível perceber que, embora o espaço fosse amplo, existiria uma espécie de biombos na sequência dos vãos, criando espaços individualizados para cada religiosa»¹⁹.

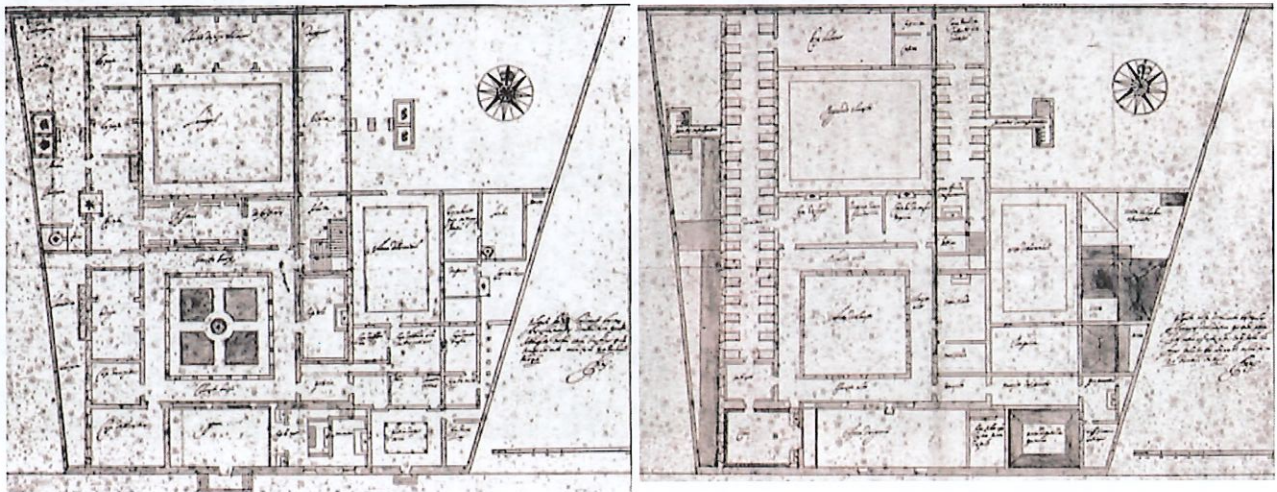


Fig. 21 – Plantas baixa e alta do Convento das madres flamengas de alcantara por onde se tem feito a obra que esta feita; e a que se ha de fazer pello tempo adiante alcantara 20 de abril de 646, Frias. Museu de Lisboa (In

¹⁹ Hélia Cristina Tirano Tomás SILVA, “O Convento de Nossa Senhora da Quietação das religiosas flamengas em Lisboa ou a prática arquitectónica no novo mapa religioso”, in *Martinho Lutero e Portugal: Diálogos, Tensões e Impactos*, Lisboa, 2019, pp. 353-368 (p.362).

No *Inventário* são, ainda, descritos os mirantes das freiras, com acesso por corredor, o primeiro andar com duas janelas para a “Rua de São Joaquim” (atual 1.º de Maio), tendo grades de ferro teto de madeira, com escada de madeira de acesso ao segundo piso, com quatro janelas, duas para a rua e duas para o claustro pequeno, sobre a sacristia da igreja.

As mudanças de uso, particularmente as transformações efetuadas na área conventual, para instalação das residências para familiares de oficiais de funcionários das forças armadas a partir de 1891, implicaram alguma alteração da leitura interior dos espaços. Ainda assim, o convento conserva a volumetria original e a expressividade formal, sendo possível identificar as várias dependências descritas em torno do claustro quadrangular. Este, composto por nove tramos e dois pisos, caracteriza-se pela grande simplicidade construtiva, traduzida num desenho que apresenta a fórmula sereliana da «colunata submetida à rígida arquitrave horizontal»²⁰ (Fig. 22).



Fig. 22 – Aspetos do claustro.

Mais problemático é o estado de conservação deste mesmo claustro, agravado pelo facto de se encontrar praticamente devoluto. Alguns dos silhares de azulejos, de relevante interesse artístico, constituem, tal

²⁰ Cfr. Nuno Miguel Maia da SILVA, *Claustros Serelianos em Portugal, 1558–1635*, dissertação de mestrado integrado em Arquitetura, FCTUC, 2012.

como os já identificados na escada de acesso ao coro, vestígios da campanha decorativa seiscentista, verificando-se, infelizmente, muitos destacamentos e sinais de vandalização (Fig. 23). Aqui existia uma imagem de Nossa Senhora das Mercês que as freiras consideravam responsável pela vitória dos portugueses nas Linhas de Elvas²¹, e da qual não se conhece hoje o paradeiro.



Fig. 23 – Alguns exemplos do atual estado do claustro.

²¹ Alexandre HONRADO, 2012, p. 239.

Património móvel integrado – Bento Coelho da Silveira

Como vimos, a igreja guarda um património móvel de grande valor, dentre o qual se destacam boas obras de escultura e de azulejaria, algumas das quais datando das campanhas primitivas, completado por intervenções posteriores como o programa azulejar da nave, de 1786, composto por 18 painéis de azulejos rococó pintados em *trompe l'oeil* com as imagens da história da fuga das freiras holandesas (meticulosamente analisado na obra de Raymond Fagel, Joke Spanjer e João Miguel Simões), tão importante que terá implicado a supressão de um suposto anterior coro baixo²². Mas o acervo de maior valor consistirá, talvez, no conjunto de telas barrocas pintadas por Bento Coelho da Silveira (1620-1708).

Antes de mais, a mão do «melhor pintor activo em Lisboa em finais do século XVII» distingue-se na extraordinária sala do Rosário (Figs. 16, 17 e 24), que antecede o coro-alto e se situa junto dos dormitórios, em pleno coração da clausura. Esta sala «constitui um dos mais belos exemplares de “obra de arte total” do chamado “Barroco Nacional”»²³, congregando azulejos, talha, pintura a óleo e escultura num todo que representará, ainda segundo João Miguel Simões, «o maior tesouro que o Convento das Flamengas encerra, não só pela raridade do conjunto,



Fig. 24 – Sala do Rosário.

²² João Miguel SIMÕES, 1998, p. 21.

²³ Idem, p. 33.

mas principalmente pelo facto de este permanecer intacto».

A sala, decorada com iconografia que exalta as ordens franciscanas, o sacrifício e a pureza, e ilustra os quinze mistérios do Rosário, seria o local diário de meditação e oração das freiras, cuja devoção à recitação do Terço ia ao encontro da tendência Contrarreformista de elevar o Rosário ao novo instrumento de luta contra a heresia (incluindo as heresias protestantes).

Dada a relevância da obra, é natural que D. Pedro II, juiz da Confraria desde 1694, e residente no vizinho palácio de Alcântara, tenha patrocinado a campanha, entregue ao notável pintor régio e a nomes como Manuel dos Santos (pintor de azulejos de estética italianizante). Os magníficos quadros de Bento Coelho da Silveira, dispostos em três registos que ocupam paredes e cobertura, ilustram, como já vimos, os Mistérios do Rosário envolvendo, no centro do teto, a Coroação da Virgem, e são, reconhecidamente, um dos melhores conjuntos de pintura do artista.

Para além destes quadros, a igreja conserva ainda outras telas de Bento Coelho da Silveira, guardadas em diversas dependências, e a necessitar uma intervenção de conservação, dentre as quais as dez (originalmente doze) Alegorias da Cruz²⁴ que também já referimos (Fig. 25; ver também Fig. 18), e que Luis de Moura Sobral, estabelecendo comparação com o ciclo pictural de Bento Coelho no Convento de São Pedro de Alcântara, diz terem «qualidade muito superior à da sacristia de São Pedro. As telas das Flamengas, de dimensões mais consideráveis e de execução mais cuidadosa, indicam



Fig. 25 – Tela de Bento Coelho da Silveira guardada no coro-alto.

²⁴ Baseadas nas gravuras da obra do monge beneditino Jacques van Haeften *Regia via Crucis*, inicialmente publicada em Antuérpia em 1625.

uma encomenda de outra importância. O convento dito das Flamengas era de facto uma fundação real e porventura destinar-se iam as telas à decoração de alguma sala de carácter oficial»²⁵.

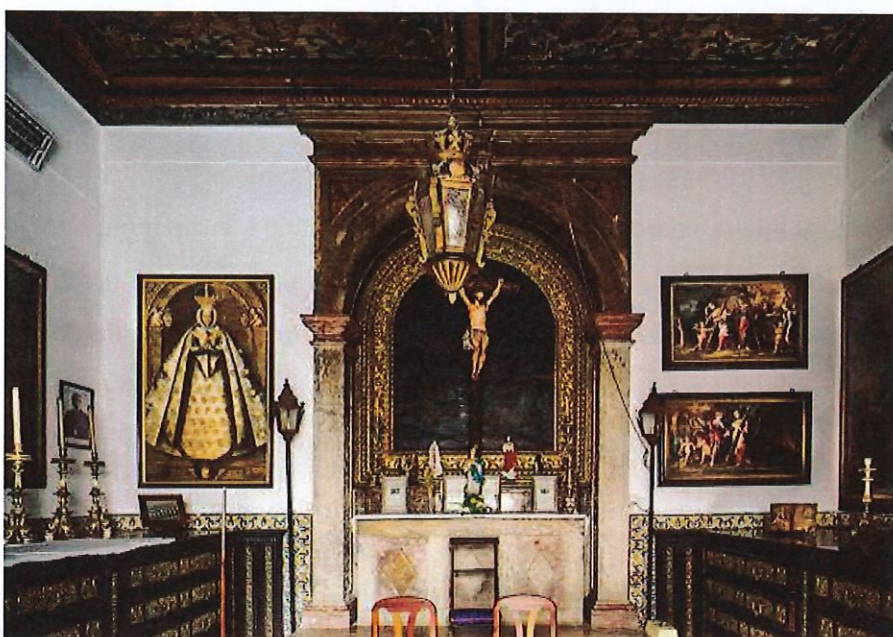


Fig. 26 – Aspeto da sacristia.

A sacristia da igreja é, também, a antiga capela sepulcral do flamengo João Vanvessem, alto funcionário da corte de D. Pedro II, irmão de duas professoras no cenóbio, que escreveu acerca da sua instituição «Declaro que eu reedifiquei e fiz como de novo a Sanchristia do Convento de Nossa Senhora da Quietação das freiras flamengas de

Alcântara, arrabalde desta cidade, em que gastei muitos mil cruzados em caixões, respaldos, painéis, alampada e cappella e hum carneiro para a sepultura de que as religiosas me fizeram doação...». Esta capela «seria, pois, dedicada à Exaltação da Cruz»²⁶, temática presente nas doze telas que envolveriam o belíssimo Calvário do altar (Fig. 26). Instituída por volta de 1699 na sacristia, “cofre” dos tesouros de uma igreja, a capela de João Vanvessem constitui, como vimos antes, mais um belo exemplo de obra de arte total, conjugando a participação de escultores, pintores a óleo, entalhadores, douradores, pintores de tectos, carpinteiros, marceneiros, fundidores, ladrilhadores, pintores de azulejos, arquitectos e decoradores de mármore. O flamengo não mediu despesas, convocando nomes como os de Bento Coelho da Silveira ou Gabriel del Barco.

²⁵ Luis de Moura SOBRAL, “A sacristia como pinacoteca da época barroca: o ciclo pictural de Bento Coelho no Convento de São Pedro de Alcântara, Lisboa”, in *REVISTA BARROCO DIGITAL*, nº 2, 2022, p. 24.

²⁶ João Miguel SIMÕES, 1998, p. 57.

Para além dos notáveis acervos acima referidos, é de mencionar que a igreja conserva também algumas obras que, sem deterem particular valor artístico, são de destacar pela sua singularidade e pelo interesse que detêm para a compreensão das vivências quotidianas numa clausura feminina. Referimo-nos, por exemplo, a um pequeno conjunto de telas barrocas guardadas no templo, de fatura mais ou menos ingénua, incluindo alguma temática especificamente feminina, que poderão ser testemunho da laboração de uma modesta “oficina” de pintura destinada às freiras (Fig. 27).



Fig. 27 – Algumas telas conservadas no coro-alto.

Esta atividade seria relativamente comum nos conventos, conjugando-se com outras formas de ocupar o tempo, desde a escrita até outras muito específicas da clausura feminina, como a confeção de enxovais para pequenas esculturas do Menino Jesus (Fig. 28), para o qual as freiras igualmente escreviam poesia e peças de teatro.



Fig. 28 – Menino Jezus das Relig.^{as} Flamengas d'Alcantara, Carvalho Fecit. Em casa de M. D. A Junior, na rua dos Calafates, nº 116.

Conclusão

Em jeito de conclusão, fica a nota de João Miguel Simões: «Apesar desta riqueza patrimonial, cultural e artística, o Convento das Flamengas permanece ainda como um dos mais desconhecidos monumentos da cidade de Lisboa, estando os seus núcleos artísticos em grande perigo de se perderem»²⁷. Na realidade, e apesar de já se ter registado a perda de diversos elementos artísticos do conjunto, o projeto das obras de conservação e restauro recentemente previstas pela Irmandade de Nossa Senhora da Quietação foi distinguido com o patrocínio do Pontifício Conselho para a Cultura, o que representará, de acordo com a presidente da direção da Irmandade, Eunice Costa, a primeira vez que este reconhecimento foi dado a uma instituição desta natureza em Portugal pela Santa Sé²⁸. O restauro previsto incluirá a sacristia, a Sala do Rosário, a talha e os tetos da igreja, bem como, entre outras obras, um órgão histórico, do último quartel do século XVIII, que se encontra numa dependência do templo, em muito mau estado de conservação (Fig. 29).



Fig. 29 – Órgão conservado numa dependência da igreja.

É, finalmente, necessário analisar a questão do claustro, dependências anexas, e área restante da antiga cerca conventual. Sendo a proposta de classificação essencialmente respeitante à igreja, a realidade é que estamos diante de um conjunto coeso e, pese embora a deficiente estado de conservação, ainda muito autêntico, e bem ilustrativo do modelo claustral vigente para o sexo feminino, relativamente pequeno, delicado e despojado, de claro referente franciscano. Embora aloje, desde 1893, famílias necessitadas – algumas ainda habitando o espaço, em moradias bastante degradadas -, continua a ser possível reconhecer no espaço do cenóbio as dependências originais. Ao mesmo tempo, os diminutos logradouros que prestam testemunho do que foi a cerca

²⁷ João Miguel SIMÕES, 2002, p. 47.

²⁸ “Igreja e Convento das Flamengas vão ter obras de restauro com patrocínio do Vaticano”, 2 de novembro de 2020, in <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/igreja-e-convento-das-flamengas-va-ter-obras-de-restauro-com-patrocinio-do-vaticano>.

conventual constituem raros espaços verdes de vetusta génese nesta zona da cidade, emparedados pelas construções anexas, “empalados” pelo pilar da Ponte, devassados pelo trânsito no seu tabuleiro, e claramente ameaçados pela voragem urbana. Não cremos que faça sentido acrescentar a estes fatores uma divisão artificial, em sede do património cultural, entre o templo e o que resta do conjunto.

Nestes terrenos, espartilhados entre a propriedade que alberga, hoje em dia, o B-MAD (Berardo - Museu Arte Deco), os pavilhões e logradouros do Mercado Rosa Agulhas e as Rua Leão de Oliveira e 1.º de Maio, estas formando as fronteiras S e E da cerca desde a fundação, levantam-se, na categoria de construções espúrias e desprovidas de interesse patrimonial, alguns pavilhões prefabricados de uso da Paróquia de Alcântara (Centro Social e Paroquial), acessíveis pelo portão da Rua Leão de Oliveira (Fig. 30). O seu carácter precário constitui, a nosso ver, mais uma qualidade do que um defeito. Levantados no interior da área aproximada de 1318 m² que o Estado cedeu, em 1939, à Corporação Fabriqueira da Paróquia de Alcântara, e que, desta forma, permaneceu com a mesma delimitação até à atualidade, estes prefabricados pretendem respeitar a interdição de construção neste local determinada por auto de 1943 do Ministério das Finanças. Tais edificações, embora ocupando o valioso espaço envolvente, de “respiração”, do conjunto conventual, não o fazem com o peso das construções “de pedra e cal”.

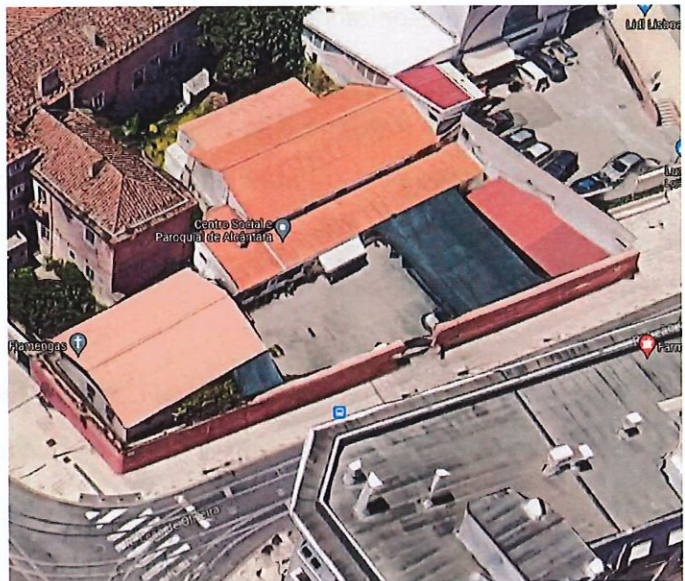


Fig. 30 – Aspeto dos pavilhões do Centro Social e Paroquial de Alcântara, dentro da antiga cerca das Flamengas.

Assim, a presente proposta considera a totalidade do Convento de Nossa Senhora da Quietação, incluindo os terrenos sobranceiros da antiga cerca.



5. PARECER

Fundamentação da proposta de classificação

Foram analisados os elementos da instrução da proposta de classificação, com base nos critérios genéricos de apreciação preconizados no artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, para a classificação de bens culturais, bem como nos valores que o interesse cultural relevante de um bem deve necessariamente refletir, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da mesma lei, tendo em conta o universo patrimonial nacional, nomeadamente os bens culturais com a mesma tipologia e cronologia.

Assim, foram considerados:

- a) O interesse histórico da igreja e antigo Convento de Nossa Senhora da Quietação, primeira casa religiosa estrangeira a estabelecer-se em Portugal motivada pela fuga a perseguições religiosas, testemunho privilegiado de uma conjuntura histórica particularmente complexa na história de Portugal, ilustrando diversas opções estratégicas que caracterizaram o reinado dos Filipes, mas igualmente nos Países Baixos e na Europa em geral, a que acresce o facto de se tratar do único convento no mundo cujo orago é Nossa Senhora da Quietação, evocação particularmente simbólica no seu contexto;
- b) O seu interesse arquitetónico, consubstanciado na singeleza da traça barroca, ilustradora do modelo contrarreformista que, a partir do convento franciscano de Santa Clara de Évora, determinou a ausência de ornamentação exterior e o carácter anónimo das fachadas, incluindo a principal, para os cenóbios femininos, sendo o projeto das Flamengas considerado peça indispensável para se estudar não apenas a arquitetura religiosa da sua época, mas também a forma como foram aplicadas as orientações tridentinas para os conventos de mulheres, refletindo a utilização da arte como arma pelo catolicismo pós-tridentino;
- c) O seu interesse artístico, incluindo a coleção de nomes convocados para a sua edificação e embelezamento, desde o projeto de Teodósio de Frias até à colaboração de artistas como Bento Coelho da



Silveira, artista maior da sua época, culminando no notável acervo de património integrado e móvel que inclui aquela que poderá constituir a maior coleção de pintura de Bento Coelho existente no país;

d) O interesse do conjunto na história e desenvolvimento urbanístico da zona de Alcântara, em íntima relação com o Paço Real do Calvário e o plano filipino de criação, em Lisboa, de uma cidade nova, capital imperial e legitimadora dinástica, funcionando, ainda, como memória da presença religiosa, incluindo o espaço da cerca conventual, neste local.

Conclui-se, desta análise, que o conjunto arquitetónico em causa assume valor patrimonial de interesse nacional, respondendo a vários dos critérios genéricos de apreciação presentes no artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, nomeadamente: a) O carácter matricial do bem; e) O valor estético, técnico [e] material intrínseco do bem; f) A [sua] conceção arquitetónica e urbanística; g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva.

Reflete ainda valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade e exemplaridade, de acordo com o n.º 3 do artigo 2.º da mesma lei, que reforçam o seu interesse cultural relevante dentro do universo do património cultural nacional.

6. PROPOSTA DE DECISÃO

No âmbito da proteção do património cultural, e atendendo à análise feita, propomos a abertura do procedimento de classificação da Igreja e antigo Convento de Nossa Senhora da Quietação, em Lisboa, freguesia de Alcântara, concelho e distrito de Lisboa, conforme planta em anexo.

À consideração superior,

Sílvia Leite

Técnica superior